

AS REPERCUSSÕES DO ACORDO COM O FMI SOBRE OS AJUSTES DA ECONOMIA BRASILEIRA *

Laércio Rodrigues de Oliveira *

Resumo: Neste trabalho busca-se analisar, sob o ponto de vista econômico, as repercussões dos acordos que o Brasil vem realizando com o FMI visando o ajuste da economia. Inicialmente fez-se uma breve análise da economia brasileira antes dos acordos que se reiniciaram na década de 1980. Discorre-se, em seguida, sobre os pontos de destaque contidos nos acordos. São analisadas, também, as principais conseqüências destes acordos sobre a economia brasileira no que se refere ao sistema produtivo, emprego, distribuição de renda e comércio exterior. Por fim, apresenta-se perspectivas da economia brasileira para os próximos anos e as conclusões.

Palavras-chave: FMI, ajuste interno, desenvolvimento econômico, economia brasileira.

Classificação JEL: O16

The results of FMI agreement in Brazilin economy

Abstract: In this work, searches to analyze, by the economic viewpoint, the reflection of the agreement that Brazil realized with FMI about economy adapt. Firstly, did a short analyze of Brazilian economy before the agreement that started in years 1980. Relate about more important points in the agreements; Analyze the principal results of this agreement in Brazilian economy in productive system, employment, rent allocation and external trade. Finally, expose perspectives of Brazilian economy to next years and the conclusions.

Keys words: IFM, economic development, agreement, Brazilian economy.

JEL classification: O16

Introdução

Nas ciências sociais, dentre as quais se inclui a economia, busca-se analisar movimentos que, para sua melhor compreensão, necessário se faz a delimitação do período em que eles ocorrem visando permitir o controle das

* Recebido em 07/12/2004. Liberado em 01/12/2005

* Laércio Rodrigues de Oliveira, Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (PR) e Consultor científico da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR e da Faculdade Paranaense - FACCAR

variáveis a eles relacionados . Por este motivo, recomenda-se associar os estudos a calendários-períodos em razão da própria disponibilidade das informações. Neste sentido, visando entender a participação do FMI no ajuste recente da economia brasileira, o presente estudo busca analisar o período anterior à década de 1990 para que se possa compará-lo com o momento seguinte.

A década de 1980, para muitas economias da América Latina, dentre as quais a brasileira foi considerada como um período de perdas. Estas perdas ocorreram principalmente em razão das transferências para o exterior de recursos reais provocando a deterioração dos indicadores sociais. A década seguinte apresentou intensas mudanças com reformas estruturais que transcenderam a coincidência de calendário e se apresentam extremamente ricas de informações merecedoras de estudos, muitas das quais permanecerão como objeto de análise ainda por muito tempo.

Visando verificar a evolução das reformas implantadas e as influências dos acordos realizados com o Fundo Monetário Internacional nestas decisões, este estudo busca inicialmente analisar, ainda que de maneira breve, a evolução da economia brasileira nos períodos anteriores à década de 1990, com o intuito de apresentar ao leitor uma visão histórica da participação do capital estrangeiro na modalidade de empréstimos. Buscou-se, também, fazer uma breve análise das formas de atuação do FMI, as modalidades de empréstimos e os principais componentes contidos nas Cartas de Intenções que são submetidas ao Fundo pelos países interessados em empréstimos externos.

As conseqüências das medidas adotadas pelo governo brasileiro visando realizar o ajuste na economia estão expostos de maneira didática com o objetivo de tornar fácil a compreensão das reformas colocadas em prática na década de 1990.

Para atingir os objetivos acima expostos, dividiu-se o presente estudo em seis seções que compreendem: a) cenários da economia brasileira nas décadas anteriores aos anos de 1990; b) considerações sobre a economia brasileira na década de 1990; c) FMI seus objetivos e suas formas de atuação; d) os reflexos das medidas adotadas em conseqüência do acordo com FMI na economia brasileira; e) perspectivas e alternativas para a economia brasileira no curto e médio prazo e f) conclusões recomendações

1. Cenário da economia brasileira nas décadas anteriores aos anos de 1990

2.1 Considerações iniciais.

Para a economia mundial, o início da década de 1970 teve grandes repercussões favoráveis. As variáveis que influenciaram foram, principalmente, as pressões da demanda mundial superaquecida em razão dos gastos militares norte-americanos com a guerra do Vietnã, associados aos aumentos dos ganhos salariais do mundo industrializado e os efeitos da desvalorização do dólar ocorrida em 1971.

O crescimento do comércio mundial favorecido pela expansão do crédito bancário para exportações, impulsionou os fluxos comerciais garantindo, desta forma, a expansão da produção do mundo industrializado. Há de se destacar, também, que houve um grande incremento do comércio entre o Primeiro e Terceiro Mundo no período entre 1966 e 1975. Neste período as exportações dos países em desenvolvimento cresceram em média 18,1% ao ano, isto é, quase quatro vezes a média dos anos anteriores.

Um dos problemas, a inflação interna, que era enfrentado pela maioria dos países industrializados, era visto pelos economistas keynesianos como o preço a pagar pela prosperidade econômica. No entanto, o mundo capitalista estava às vésperas do processo de reversão que afetaria todo sistema produtivo com a volta das teorias de longo prazo e o fim do modelo macroeconômico de pós-guerra ¹ que se baseava na evolução da demanda interna.

A partir de 1974, o fracasso das reformas monetárias internacionais e a volatilidade dos fluxos financeiros mundiais levaram os países da OECD a utilizarem-se da variação das taxas de câmbio e do controle das taxas de juros no curto prazo como instrumentos de gestão econômica e monetária. A alta dos preços do petróleo, ocorrida ao final de 1973, foi também outro fator que veio influenciar toda economia mundial com grandes repercussões nos países em desenvolvimento. No entanto, todas estas mudanças que estavam ocorrendo no mundo capitalista não eram percebidas pelos gestores da economia brasileira, visto que, enquanto “as bombas caíam no jardim, eles continuavam tomando champanha no palácio”. A turbulência internacional era despercebida internamente pelos condutores da economia brasileira, principalmente em razão de que naquele momento estava ocorrendo a troca de comando com a sucessão presidencial.

¹ Em meados da década de 1970 o mundo capitalista deu início ao retorno à economia de mercado. Nos Estados Unidos e na Inglaterra foram realizadas grandes privatizações com a saída do Estado da economia marcando o início do fim da era keynesiana e surgimento do neoliberalismo.

Uma outra variável que contribuiu para o comportamento tranquilo das autoridades econômicas no início da década de 1970 foi o nível das reservas internacionais. Na ocasião, estas reservas estavam altas e aliadas às entradas brutas de empréstimos e financiamentos de médio e longo prazo, davam grande folga ao país permitindo inclusive a valorização nominal do cruzeiro, moeda brasileira na ocasião. Todavia, o tempo e a conjuntura internacional se encarregariam de mostrar o outro lado da moeda. O fim deste “milagre” dava início a um longo período de grandes turbulências marcadas pelo retorno da inflação, acumulação da dívida externa e desestruturação do setor público como gestor estratégico da economia brasileira.

O descaso dos condutores da economia em relação à conjuntura internacional e o erro na escolha das estratégias para o desenvolvimento do país no período 1974-79, iria provocar o descontrole das contas públicas, obrigando aos governos seguintes buscar o ajuste estrutural com o apoio do Fundo Monetário Internacional. Este ajuste interno, que seria feito no início da década de 1980, provocaria uma grande recessão com conseqüências desastrosas durante todo restante da década.

2.2 Antecedentes históricos da economia brasileira em relação ao FMI

A origem da dívida externa do Brasil é antiga. No início do período republicano, em 1889, o país já devia o equivalente a 150 milhões de dólares (GONÇALVES et al,1998). Mas, foi em 1921 que o Brasil negociou o primeiro empréstimo diretamente com os Estados Unidos da América, no valor de US\$ 50 milhões. E já no início da década seguinte, os USA eram credores de 30% da dívida externa brasileira. Em 1934, o país pagaria a primeira parcela da dívida e três anos depois decretaria também a primeira moratória, com os pagamentos só retornando em 1943. Um outro aspecto relevante a considerar é que ao final dos anos de 1960 o Brasil se tornaria o principal devedor aos credores externos.

Após a criação do Fundo Monetário Internacional em 1947 diferentes governantes brasileiros submeteram inúmeros acordos à apreciação do FMI. Porém, a participação do FMI na economia brasileira tornou-se importante durante o período de dificuldades para a estabilização que vai de meados da década de 1950 até 1967. Superada esta fase, o FMI esteve praticamente ausente durante mais de uma década, só retornando na crise da dívida externa no início dos anos de 1980.

Neste período, antes de recorrer ao FMI, as primeiras tentativas de ajuste da economia brasileira foram marcadas por importantes decisões ainda no Governo Geisel (1974-79). Dentre estas decisões estavam a o fim da repressão dos preços, a oficialização de uma regra para correção monetária e a

revisão da lei salarial. Cada uma destas ações tinha missão específica no rumo da política de curto prazo.

Estas tentativas não deram os resultados esperados e mesmo com a aprovação e implementação do II PND², o Brasil mergulhava em uma crise econômica sem precedente. A queda nos meios de pagamento seria muito superior ao previsto, levando a grandes perdas das reservas internacionais provocando a necessidade de financiamentos externos.

O processo de endividamento externo, graças ao déficit acumulado em transações correntes de mais de US\$ 13 bilhões e as incertezas na economia mundial apresentavam perspectivas pouco favoráveis. A dívida externa bruta crescerá de US\$ 12,5 bilhões para US\$ 21,1 bilhões nos primeiros anos do governo. Uma das causas destes desequilíbrios estava nas previsões do endividamento externo feitas pelo Ministério da Fazenda, que tinham como base o aumento das exportações e a queda nas taxas de juros internacionais. Estas projeções levaram o Banco Central a não se preocupar com dívida, mas sim com a administração do perfil do endividamento, acreditando como sendo infinitamente elástica a oferta de crédito externo ao país. Como consequência destas previsões, consolidou-se o predomínio da política de crescimento baseado na reestruturação da oferta e na demanda folgada sobre os ajustes de curto prazo que viriam trazer consequências catastróficas nos anos seguintes.

2.3 - Aumento da dívida externa e a volta ao FMI

No início da década de 1980, a dívida externa brasileira que crescerá mais de US\$ 20 bilhões na década anterior e cujos juros anuais giravam em torno de US\$ 500 milhões, passaria a pagar juros de cerca de US\$ 2,7 bilhões em 1978 e chegaria aos US\$ 4,2 bilhões em 1980. Não restam dúvidas que este endividamento permitiu ao Brasil uma taxa de investimento superior a 25% em todos os anos e crescer 6,8% ao ano no período entre 1974 a 1979. Acreditavam os mentores do II PND, implantado na década anterior, que a estratégia utilizada permitiria à indústria nacional crescer 12% ao ano e a economia como um todo 10% ao ano no período entre 1974 a 1979. Buscou-se, então ajustar a escassez do petróleo à substituição das importações, com ênfase nas indústrias de base, principalmente as de bens de capital, eletrônica pesada e os insumos básicos. Incentivou-se, também, a produção energética interna com a busca do petróleo, a construção de hidroelétricas e o álcool.

No entanto, um outro aspecto a considerar, ainda no que se refere ao início da década de 1980, é que a dívida externa passaria a ser preocupação constante

² II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, foi implantado no Brasil no governo de Ernesto Geisel 1974-1979.

dos organismos financeiros internacionais. Não pela relevância do endividamento de um único país, no caso o Brasil, mas pelo fato de que um conjunto de nações não produtoras de petróleo buscava renegociação de suas dívidas, colocando em risco a situação financeira de muitos bancos americanos³. No caso específico do Brasil, a dívida representava 46% do capital de nove Bancos dos Estados Unidos e no caso dos demais países, suas dívidas representavam cerca de 140%, tornando-se difícil ser administrada por um único governo ou instituição (OLIVEIRA, 1993).

As conseqüências do tamanho da dívida, seus prazos e as incertezas do recebimento, impõem aos devedores serviços onerosos que dadas as características dos empréstimos internacionais, torna-se difícil seus pagamentos. Diante do agravamento da dívida, vários bancos passaram a rolar os compromissos de seus credores evitando a moratória e tornando desgastante as negociações de cada novo empréstimo gerando crises internas nos países devedores⁴.

No caso brasileiro, os esforços no sentido de compatibilizar o crescimento da economia com a estabilização do endividamento foram agravados com as dificuldades de refinanciamento e a elevação dos juros internacionais. Buscou-se, então, concentrar as ações na redução do déficit do governo via preços públicos. Mas, embora se tenha percebido a gravidade do problema fiscal em razão de: a) repressão dos preços das tarifas públicas que eram usadas para alavancar o setor privado; b) utilização das empresas estatais como instrumentos captadores de empréstimos externos; c) uso excessivo de subsídios creditícios e d) concessões abusivas de incentivos fiscais, estes aparatos continuaram durante toda a década de 1980 visto que já faziam parte da cultura econômica brasileira e não seriam facilmente desmontáveis.

O resultado destas ações na política econômica nos anos que se sucederam viria acarretar no que se chamou de "década perdida". A recessão e as tentativas de ajustamento da economia marcaram todos os anos de 1980. A política adotada para implementação do ajuste visava a contenção da demanda interna via redução salarial, aumento nas taxas de juros, redução do déficit público pela contenção dos gastos do governo, aumento da arrecadação e estímulo às exportações. Medidas e instrumentos de natureza fiscal foram implantadas, dentre os quais o aumento das alíquotas do Imposto de Renda, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e criação do IOF para a Zona Franca de Manaus.

³ Segundo Gesner de Oliveira,(1993) o aumento da dívida se deu em razão do aumento dos créditos para exportação dos países credores e o sistema de seguro.

⁴ O exemplo mais recente desta crise é o caso da Argentina que vem tentando através de exaustivas negociações conseguir um empréstimo internacional.

Nesta ocasião, a seriedade do ajustamento levou o Conselho Monetário Nacional a deliberar pelo incentivo para que as exportações crescessem 9,5% ao ano e as importações reduzissem em 17% até atingir o superávit de US\$ 6 bilhões (MODIANO, 1983). Estava claro que estas medidas seriam as bases visando um acordo com o Fundo Monetário Internacional e ficava evidente também que os novos financiamentos internacionais teriam como condição a supervisão do FMI. Em 06 de janeiro de 1983, depois de mais uma década, o Governo Brasileiro submeteu novamente uma carta de intenções ao FMI com vistas ao ajustamento das contas externas. No início, as negociações foram muito dolorosas e nada menos que sete cartas foram examinadas pelo Fundo nos dois anos subseqüentes.

As dificuldades iniciais em obter um novo acordo com o FMI ocorreram principalmente em razão dos problemas internos que o Brasil atravessava e pela deterioração do apoio político à assinatura de uma nova carta de intenções. Apesar de que, nos anos imediatamente anteriores, o país havia enviado anualmente cerca de 4% do PIB ao exterior, o equilíbrio aparente das contas externas dava fôlego aos opositores ao ajustamento estrutural da economia brasileira proposta no receituário do Fundo.

Todavia, o impasse estava instalado, visto que tanto os banqueiros quanto os governantes dos países credores, viam no monitoramento do FMI a condição indispensável para o reescalonamento da dívida internacional. O ponto fraco da posição brasileira situava-se nas altas taxas inflacionárias que anualizadas chegavam a 250% e as medidas adotadas não respondiam aos controles de demanda. Estas altíssimas taxas de inflação eram resultantes das políticas de curto prazo que buscavam resolver os conflitos distributivos da renda mantendo os projetos de crescimento de médio e longo prazo com a transferência das perdas para o governo. Isto é, os lucros eram privados e os prejuízos estatizados.

A ida ao Fundo foi inevitável e levou o país a um ajuste recessivo com a redução dos investimentos públicos, aceleração da desvalorização cambial, elevação das taxas de juros e a correção dos preços internos com vistas ao aumento das exportações. (Carneiro; Modiano, 1990). Todavia, apesar das constantes idas ao FMI, a instabilidade monetária continuaria por toda a década de 1980 obrigando aos governos que se sucederam à implementação de vários planos econômicos com resultados desastrosos tanto para o sistema produtivo quanto para a população. No período entre 1980 a 1989 o Brasil teve cinco planos econômicos e quatro moedas diferentes, sem no entanto, resolver os problemas com a estabilização.

Em 1987, o governo brasileiro decretaria a moratória unilateral da dívida externa dificultando ainda mais os entendimentos com o FMI que já estavam

abalados. Entretanto, no ano seguinte ocorreu a nomeação de Mailson da Nóbrega como Ministro da Fazenda e sua atuação como negociador levou à adoção de novas medidas, possibilitando a reaproximação com os credores. Na ocasião a situação se alterou e após os ajustes iniciais na economia, o Brasil recebeu um empréstimo de U\$ 1,4 bilhão de dólares do Fundo.

3 - Considerações sobre a economia brasileira na década de 1990

Teriam os anos de 1990, significado novamente uma década perdida ? Se for feita a comparação dos principais indicadores econômicos, (tabela 1), da década de 1990 em relação à década de 1980, poderíamos afirmar que sim, senão vejamos. no período entre 1990 e 1999 o PIB cresceu em média 1,7% ao ano, enquanto que no período anterior entre 1980 a 1989 o crescimento foi de 2,9% ao ano. A taxa média de investimento anual em relação PIB foi de 15,9% e nos anos de 1980 a média foi de 18,2% ao ano. As exportações teriam crescido em média 4,5% , enquanto que na década anterior a média de crescimento foi de 8,5% ao ano e a taxa inflacionária ficou em média 278% contra 272% nos anos de 1980.

Tabela 1. Análise comparativa da média anual dos principais indicadores econômicos entre as décadas de 1980 e 1990 (em percentuais)

Indicador	1980 – 1989	1990-1999
PIB	2,9	1,7
Investimentos	18,2	15,9
Exportações	8,5	4,5
Desemprego	5,5	5,7
Inflação	272	278

Fonte: BNDES 2002. Tabela elaborada pelo autor com dados do BNDES.

Há de se considerar, no entanto, que existe uma grande diferença entre os dois períodos citados. No primeiro caso, a década de 1980, o país havia mergulhado no processo progressivo de agravamento de instabilidade da economia com a deterioração crescente dos meios de pagamento em razão da disparada da inflação e das medidas tomadas para sua contenção. Já a década de 1990, ao contrário, teve seu início marcado por profundas reformas

estruturais que mudariam para melhor seu perfil de crescimento econômico, principalmente no período entre 1995 e 1999.

Estas reformas consistiram na abertura comercial, com a queda das barreiras tarifárias e não tarifárias e a abertura ao mercado financeiro internacional que levariam os indicadores da economia brasileira aos índices aceitáveis às exigências contidas no acordo *stand by* a ser firmado com FMI. No começo do ano de 1990, o Brasil apresentou novamente uma Carta de Intenções e recebeu uma linha de crédito de U\$ 2 bilhões em 1992.

Gonçalves.(1998) demonstra que passada a turbulência na política brasileira do início da década, a renegociação da dívida externa favoreceu o desenvolvimento econômico ocorrido no período entre 1995 e 1999, cujos reflexos foram positivos para os anos seguintes. Nesta negociação, feita em abril de 1994, que contou com a adesão de 97% dos mais de 700 bancos credores, houve a troca da dívida antiga por papéis novos com vencimentos em 30 anos. Além do novo prazo, o Brasil também ganhou o direito de recomprar sua dívida, os chamados C-bond, no mercado secundário⁵. Esta “folga” nas contas externas, veio permitir ao Governo brasileiro a adoção de medidas de ajustamento na economia, o que possibilitou a queda da inflação e a retomada do crescimento.

4 - FMI seus objetivos e suas formas de atuação.

Feitas as explicações históricas busca-se tratar, a seguir como surgiu o FMI e quais são seus principais objetivos. Criado no pós-guerra durante a Conferência de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional se transformaria nestes últimos anos na mais importante instituição gestora das finanças internacionais. Ao longo das cinco décadas de sua criação, nenhum grande Estado nacional relevante ficou ausente da instituição. Para aderir ao FMI, o país signatário deve integralizar 25% de sua quota-parte em ouro e os demais 75% poder ser feitos em moeda nacional ou em dólares.

Os objetivos iniciais do Fundo eram de manter a estabilidade da taxa de câmbio, o livre mercado e dar assistência aos países membros com problema na balança de pagamentos. Com o tempo a instituição passou a desenvolver a missão de gestora dos refinanciamentos aos países em dificuldade de ajustamento interno da economia em razão do crescimento do endividamento internacional. O Fundo tem também importante papel na compilação e montagem de banco de dados com estatística sobre as contas fiscais, financeiras e balança de pagamento da economia mundial. Estes dados, que são

⁵ Sobre o assunto ver, Batista Jr. (1998)

fundamentais nas tomadas de decisões econômicas, simplesmente não existiam de maneira organizada antes da sua criação.

Todavia, apesar da sua importância, o poder de decisão do fundo em relação à economia mundial é bastante limitado. As grandes decisões normalmente são tomadas nas reuniões dos megablocos econômicos dentre os quais o G7 e a CEE. No entanto, nos últimos anos, o FMI adquiriu grande importância na função predominante de socorrer economias de países em desenvolvimento com crises emergenciais de balança de pagamento.

O aval do FMI tem se tornado a condição mais importante na elaboração dos instrumentos de renegociação da dívida externa da maioria dos países devedores⁶. Esta participação se destaca principalmente no estabelecimento das condições básicas das negociações contidas nas Cartas de Intenções que são firmadas entre os devedores e credores na renegociação das dívidas externas.

4.1 - Tipos de financiamentos do Fundo.

O levantamento de recursos para sanar as dificuldades econômicas de um país pode ser feito através de saques denominados de “*tranche*”, que são os DES - Direitos Especiais de Saques. Para realizar este saque o país deverá ser signatário do Fundo e poderá sacar até o limite de 25% de sua quota a qualquer momento. Por este motivo denomina-se de *gold tranche* ou *first credit tranches*. O segundo saque (DES) ou *tranches* é também de 25% de sua quota, mas o país interessado deverá prestar informações criteriosas ao FMI da forma como pretende utiliza-lo. A partir do segundo *tranches*, os saques subsequentes dependem de acordos prévios entre o país interessado e o Fundo, ficando atrelado às condições das Cartas de Intenções, visando o reequilíbrio do balanço de pagamento.

Os acordos para saques são usualmente denominados e:

- *stand-by*, empréstimo de curto prazo (um a dois anos) limitado à quota parte do país interessado. Estes recursos são liberados em parcelas para que o tomador possa corrigir os desequilíbrios estruturais que são de caráter permanente. Sua liberação está sujeita ao cumprimento das metas estabelecidas no acordo e geralmente são de natureza cambial, fiscal e monetária.
- *extended fund facilities* são empréstimos de prazos mais longos (três anos ou mais) e dada as suas condicionalidades, se transformam em verdadeiros receiptuários para os países em dificuldade de gestão econômica. Os valores

⁶ A participação do FMI teve grande destaque após a crise do México, 1994 e as crises asiática, russa e brasileira subsequentes. Atualmente o Fundo vem se destacando na resolução da crise econômica Argentina.

poderão ultrapassar o limite em até 300% da quota parte do tomador desde que aprovado pelo FMI⁷. Existem outras modalidades de empréstimos do FMI que dependem da natureza de sua operação.

4.2 Atuações importantes do FMI na América Latina.

A crise do México em 1994, do Brasil e mais recentemente a da Argentina são exemplos recentes que levaram ao FMI a readquirir importância no contexto da economia mundial como gestor dos desequilíbrios nas balanças de pagamentos dos países envolvidos evitando uma crise que ameaçava quebrar o sistema financeiro internacional. Todavia, há uma certa dificuldade em definir precisamente o pensamento econômico do FMI - Fundo Monetário Internacional. Isto porque suas proposições que, em muitos casos, estão expressas nas Cartas de Intenções com os países devedores em processo de renegociação de suas dívidas, provocam resultados diversos. Bacha (1986). Percebe-se, no entanto, que os conteúdos principais dos receituários da maioria dos países envolvem a estabilidade da moeda, as contas públicas, a balança de pagamento e a liberação do mercado. E, segundo palavras de um alto funcionário do Banco Mundial. "ajuste retardado [é] dor ampliada"⁸

No caso brasileiro, "as recomendações" contidas no acordo com FMI sugeria, entre outras medidas, a liberação econômica, a estabilidade da moeda e o ajuste fiscal. Estas medidas possibilitariam, segundo os mentores do acordo, a redução da ineficiência estática gerada pela má distribuição e desperdício de recursos; a expansão do processo de aprendizagem fazendo com que as empresas nacionais se tornassem mais dinâmicas e competitivas; maior dinamismo na economia na busca de sua inserção no comércio exterior, conseguindo enfrentar melhor os choques externos adversos e por fim estímulo ao sistema econômico a tornar-se menos rentista, utilizando seus recursos nas atividade produtiva.

Desta forma, as reformas deveriam conter medidas de ajustes fiscais, garantias de condições de livre comércio e redução ao mínimo das distorções no sistema de preços no mercado interno.

⁷ Este valor poderá ser ultrapassado. No caso da Coréia do Sul, o FMI disponibilizou cerca de 2.000 % de sua quota parte, durante a crise asiática que começou em maio de 1997, ocasião em que o *baht* (moeda da Tailândia) sofreu ataque dos especuladores mundiais

⁸ Sobre o assunto ver Stern 1991, p.3.

5 - Os reflexos das medidas adotadas em consequência do acordo com FMI na economia brasileira.

Seguindo este receituário, a economia brasileira adotou medidas visando corrigir as distorções no modelo econômico cujos reflexos podem ser analisados, em seus vários aspectos, principalmente no que se refere: a) organização do processo produtivo; b) nível de emprego; c) comércio exterior e d) distribuição da renda. Estas variáveis foram eleitas para análise por se tratar de indicadores que influenciam diretamente toda a sociedade brasileira.

5.1 - Efeitos sobre o sistema produtivo.

No que diz respeito à organização do sistema produtivo, entre as medidas adotadas destaca-se a aceleração do programa de privatização, motivada principalmente pela abertura comercial e financeira ocorrida desde o início da década. Nos primeiros anos da década de 1990, houve a preocupação dos condutores da política econômica em criar condições que permitissem à economia brasileira tirar proveito da crescente facilidade de acesso aos mercados internacionais de capital. Estas condições foram a abertura comercial com a redução progressiva das barreiras tarifárias e não tarifárias e o início do ajuste nas despesas públicas via programa de privatização.

Com referência à entrada de novos capitais, tradicionalmente o Brasil sempre foi destaque na participação do capital externo em sua estrutura produtiva. No período entre 1950 e 1970, por exemplo, foi o país que mais absorveu investimentos estrangeiros. Esta situação mudou nos anos de 1980, mas voltou a crescer novamente nos anos 90⁹. Pode-se afirmar que este cenário de aumento na participação estrangeira na economia foi resultado, principalmente, do processo de privatização que possibilitou a entrada de fluxos anuais de cerca de U\$ 900 milhões no período entre 1990 e 1993, chegando a U\$ 2,2 bilhões em 1994. O fluxo de capital externo continuou nos anos seguinte a volumes sem precedentes na economia brasileira. Entraram no país U\$ 3,3 bilhões em 1995, U\$ 9,6 bilhões em 1996, U\$ 17 bilhões em 1997, chegando a U\$ 26 bilhões em 1998.

Analisando-se o período de 1991-2001, nota-se que o processo de privatização da economia brasileira atingiu os valores acumulados de U\$ 85,3 bilhões em ativos vendidos e U\$ 18,1 bilhões em transferência de dívidas. É importante ao se verificar a composição das privatizações, notar que seus

⁹ Chudnovsky e Lopes 1997, afirmam que em 1995 no Brasil, cerca de 92% do total das vendas dos setores automobilístico, 59% de eletrodomésticos, e 44% de bebidas e fumo estavam associadas às empresas estrangeiras.

valores somaram U\$ 57,3 bilhões na esfera federal e U\$ 28 bilhões das empresas estaduais em ativos vendidos. As transferências na esfera federal foram de U\$ 11,4 bilhões e na esfera estadual de U\$ 6,7 bilhões, perfazendo um total de U\$ 18,1 bilhões que somados aos ativos vendidos, atinge o total de U\$ 103,4 bilhões. (tabela 2).

Tabela 2 -. Programa de privatizações brasileira de 1991-2001
Em bilhões de dólares

Programa	Receita	Dívida transferida	Total
Federal	57,3	11,4	68,7
Estaduais	28	6,7	34,7
Total	85,3	18,1	103,4

É importante também salientar que as empresas públicas que estavam diretamente envolvidas com a produção de bens e serviços foram as mais afetadas pela privatização, tornando-se destaque no processo de ajuste fiscal. Os reflexos do ajuste fiscal começam a aparecer de duas formas, ou seja, com o aumento na arrecadação de tributos, cujos dados da Receita Federal apontam crescimento e redução dos gastos do governo com as Estatais em razão da transferência para o setor privado. Cabe ressaltar, ainda, que com as privatizações, o setor privado passou a ser o condutor da dinâmica econômica nacional com o Estado deixando de ser responsável direto pelo desenvolvimento sócio-econômico.

5.2 – Efeitos sobre o nível de emprego

Quanto aos reflexos do ajuste no nível de emprego, a adoção do processo de privatização aliado à liberação do mercado nacional e à importação de bens de consumo, afetou diretamente o volume de emprego formal do país. Somente no setor público cerca de 600 mil postos de trabalhos foram extintos no período entre 1989-1999. Com as privatizações, o fechamento e ajustes das empresas estatais somadas ao processo de reorganização das empresas privadas, o número de postos de trabalhos destruídos na economia brasileira nos anos de 1990, chegou a 3,2 milhões no emprego formal, dos quais 19,2% referem-se ao setor público.

Nota-se, pela tabela 3, que os índices de desemprego foram crescentes em toda a década indicando que a abertura comercial e os ajustes na economia decorrente dos acordos com o FMI provocaram enxugamento no quadro de pessoal, tanto nas empresas públicas quanto nas privadas. Ainda sobre os dados da tabela 3, pode-se notar que nos três primeiros anos da década de 1990 (1990-92), houve o fechamento de 14,65 % dos postos de trabalho no emprego formal celetista do Brasil. Dentre os setores os mais afetados aparecem com destaque a Administração Pública que teve a perda de 50,76 % e a indústria de transformação com 23,36% dos empregos formais.

Segundo estudiosos do assunto, dentre eles Pastore (1998), Cacciamali (1998) e Pochmann (2001) a entrada de produtos estrangeiros para o consumo final no mercado brasileiro, foi uma das principais causas da redução do emprego formal. A abertura comercial, com a redução das barreiras alfandegárias, usada como instrumento de controle de preço via aumento da oferta, provocou a reestruturação interna das empresas nacionais com a redução do quadro de pessoal ocupado. No período seguinte em análise, (1993 a 1999), o emprego formal voltou a crescer, mas até ao final da década de 1990 ainda não tinha atingido os números que possuía ao final da década anterior.

Tabela 03. Variações do emprego formal celetista no Brasil por setores econômicos, 1989 a 1999

Setor de atividade	1989 (a)	1992 (b)	Variação (b)/(a)	1999 (c)	Variação (c)/(a)
Extração mineral	147.478	114.196	-22,56	131.358	-10,93
Indústria de transformação	6.022.305	4.615.668	-23,36	4.789.445	-20,47
Serv. Ind. UP	297.908	311.427	4,53	331.652	11,33
Construção Civil	1.036.264	877.214	-15,35	1.192.265	15,05
Comércio	3.107.018	2.601.388	-16,28	3.933.568	26,6
Serviços	6.684.404	5.760.417	-13,82	7.916.496	18,43
Adm Pública	2.512.074	1.236.780	-50,76	978.079	-61,06
Agropecuária	286.013	385.470	34,77	862.266	201,49
Outros	636.013	1.789.656	181,38	48.959	-92,3
Total	20.729.476	17.692.166	-14,65	20.184.108	-2,63

Fonte: RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego – 2.000 tabela elaborado pelo autor

5.3 - Efeitos sobre o comércio exterior e reservas internacionais.

No que se refere à inserção do Brasil no mercado externo, (tabela 4), a abertura comercial, seguida das quedas contínuas das barreiras tarifárias e não tarifárias¹⁰ provocou o aumento significativo das importações de produtos para o consumo final. A entrada de produtos estrangeiros no mercado interno brasileiro foi de U\$ 20,7 bilhões em 1990 e chegou a atingir U\$ 61,3 bilhões em 1997 caindo em seguida para U\$ 49,2 bilhões em 1999. Já as exportações que em 1990 foram de U\$ 31,4 bilhões, atingiram U\$ 52,9 bilhões em 1997 caindo em seguida para U\$ 48,01 bilhões em 1999.

¹⁰ As barreiras tarifárias são impostos e taxas cobradas na importação. As barreiras não tarifárias referem-se às contas de produtos manufaturados com similar nacional que são permitidas sua importação.

Tabela 4. Indicadores do Mercado Externo Brasileiro
período entre 1990-1999

Setor Externo em U\$ bilhões			
Ano	Indicadores		
	Exportações	Importações	Reservas internacionais
90	31,4	20,07	10
91	31,6	21,0	9,4
92	35,8	20,6	23,8
93	38,6	25,5	32,2
94	43,5	32,7	38,8
95	46,5	49,9	51,8
96	47,7	53,3	60,1
97	53	61,4	52,2
98	51,1	57,6	44,6
99	40	49,2	40,5

Fonte: Banco Central, IBGE e IPEA, fev-2002

Pode-se notar pelos dados citados que as importações tiveram um acréscimo de 137,7% entre 1990-99, enquanto que as exportações cresceram apenas 68,4% no mesmo período.

Segundo Pochmann (2001), a adoção da desregulamentação comercial como um instrumento de inserção do Brasil no mercado mundial não oportunizou, como era de se esperar, em resultados positivo no saldo da balança comercial. (tabela 4). Por conta disso, a participação brasileira nas exportações mundiais de produtos manufaturados regrediram enquanto que a participação de produtos primários aumentaram. Estes fatos perduraram durante toda a década de 90 e a balança comercial somente se equilibrou a partir do início da nova década, já neste novo milênio. Os superávits da balança comercial começam aparecer somente em meados do ano 2000. (Conjuntura Econômica, 2001).

5.4 - Efeitos sobre a distribuição da renda.

Um outro fator importante a ser considerado, no que se refere às conseqüências das medidas adotadas na condução da política econômica brasileira, diz respeito ao indicador de distribuição de renda. Utilizando-se do Índice de Gini, aplicado aos dados da PNAD¹¹ - Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio, percebe-se que houve significativos avanços nos períodos mais recentes¹².

Analisando-se o período anterior e comparando com a década de 1990 utilizando-se dos conceitos já denominados baseado na população economicamente ativa (PEA) temos que segundo o coeficiente de Gini¹³, a distribuição de renda foi decrescente no período entre 1976-90. Mas se for considerado o período entre 1976 e 1997, pode-se encontrar uma queda na desigualdade da distribuição de renda no final do período. Os dados comprovam que esta variação na distribuição da renda teve o índice melhorado nos períodos entre 1993 a 97 resultado principalmente da estabilização dos preços após a implantação das reformas institucionais de 1994.(tabela 5)

Tabela 5. Índice de distribuição de renda no Brasil – período 1976-97
(Coeficiente de Gini)

População	todas as fontes de renda				
	1976	1985	1990	1993	1997
Economicamente ativos	0,603	0,595	0,605	0,601	0,582
Idade ativa	0,609	0,604	0,618	0,6	0,587
Total per capita	0,616	0,59	0,607	0,599	0,595

Fonte: PNAD 2001

¹¹ A PNAD é uma pesquisa nacional anual de domicílios executada pelo IBGE no terceiro trimestre de cada ano. A amostra é composta de 100.000 domicílios em todo o Brasil que respondem um questionário com 130 perguntas sobre a renda, suas fontes e outras informações referente à qualidade de vida.

¹² Para se fazer a análise levou-se em consideração as duas principais mudanças institucionais ocorridas na década de 90, foram sem dúvida, a abertura da economia em 1990 e a estabilização ocorrida em 1994.

¹³ O índice de Gini é uma escala com intervalo de (zero) 0 a (um) que mede a dispersão em um gráfico cartesiano. Quanto mais afastado for o índice de 1 (um) , melhor será a distribuição da renda.

Segundo Neri & Camargo (2001), discorrendo sobre a política econômica brasileira e os acordos com o FMI, afirmam que, a queda na desigualdade da distribuição da renda posterior à estabilização de 94 é mais acentuada quando medida mensalmente, critério tradicionalmente usado no Brasil. De qualquer forma a queda na desigualdade ocorrida após as reformas podem ser atribuídas à redução acentuada da inflação e não apenas à melhor distribuição nominal dos rendimentos.

5.5 - Outros Indicadores econômicos que foram afetados.

Há também outros indicadores importantes que são utilizados para mensurar as variações na economia. A tabela 6, a seguir, apresenta alguns destes indicadores dentre os quais o PIB¹⁴, os investimentos e a taxa de desemprego. Com relação ao PIB, os dados sobre sua variação indicam que houve recessão bastante acentuada no início da década, principalmente, nos anos de 1990 e 1992. A partir de 1993 o PIB voltou a ser positivo chegando ao seu ponto mais alto em 1994. Na Segunda metade do período, embora os investimentos a preços correntes tenha se mantido próximo aos anos anteriores, o PIB voltou a cair chegando seu crescimento próximo de zero ao final da década nos anos de 1998 e 1999.

Observa-se que em 1990, ano em que os investimentos atingiram percentuais de 20% do PIB, o crescimento da economia foi negativo, enquanto que a partir de 1993 e nos anos seguintes embora os percentuais de investimentos pouco tenham se alterado, os indicadores de crescimento foram positivos. Estes dados demonstram que as reformas implementadas no início da década de 1990 e as demais que foram introduzidas nos anos seguintes mantiveram um pequeno, mas constante crescimento econômico. No entanto, a tabela 6 demonstra, também que apesar do crescimento do PIB e todos os investimentos ocorridos não houve redução nos índices de desemprego

¹⁴ PIB - Produto Interno Bruto mede a produção total ocorrida dentro do país. Esta mensuração inclui a produção anual dos residentes e não residentes no Brasil durante um ano.

Tabela 6. Indicadores econômicos do Brasil no período entre 1990-99

Ano	Indicador		
	Δ PIB	Investimento	Desemprego
	(%)	(% do PIB)	(%)
90	-4,3	20,7	4,3
91	1	18,1	4,8
92	-0,5	18,4	5,8
93	4,9	19,3	5,3
94	5,9	28,8	5,1
95	4,2	20,5	4,6
96	2,8	19,1	5,4
97	3,7	16,6	5,7
98	0,2	19,1	7,6
99	0,8	18,9	7,8

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE (2000)

6.- Perspectivas da economia brasileira .

Quais seriam as perspectivas da economia brasileira para os próximos anos? Para inferir sobre esta indagação, necessita-se fazer uma análise da estrutura do sistema produtivo e suas tendências. No mundo globalizado, isto é, sem barreiras no mercado de bens e serviços, o equilíbrio das contas externas depende muito de sua capacidade de exportação e do tipo de produto a ser comercializado. Os *tradeables*, com maior valor agregado, por certo trarão maiores divisas ao exportador.

Neste aspecto, percebe-se que os investimentos diretos de origem estrangeira feitos no Brasil na década de 1990, ainda não trouxeram grandes variações positivas nas exportações brasileiras. Segundo pesquisa da UFRJ, publicada na Folha de São Paulo em 24/02/2002, sobre o perfil da indústria nacional, pode-se notar que sua desnacionalização causou acentuados impulsos nos anos de 1990.

Utilizando-se os dados da pesquisa citada, tomando o faturamento das maiores empresas existentes no Brasil como indicador da participação do capital estrangeiro no país, verifica-se que este capital, em 1991, representava 36 % das vendas dos 350 maiores grupos industriais do país. Ao final da década, o grupo citado passou a deter 53,5% do faturamento, com as empresas estrangeiras dando um salto de 146% entre 1991 e 1999. Ainda segundo os dados da mesma pesquisa, os investimentos estrangeiros se espalharam de forma abrangente pela economia brasileira, o que ajudou

a empresa nacional a tornar-se mais eficiente, mas não contribuiu para o aumento nas exportações.

O apoio dos investimentos estrangeiros foi importante para modernizar os vários setores da economia, mas, o grande salto na exportação de produtos com alto valor agregado ainda não aconteceu. Dados do Núcleo de Economia Industrial e de Tecnologia da UNICAMP, publicados no O Estado de São Paulo em 03/03/2002, demonstram que a participação das empresas estrangeiras no grupo das 500 maiores empresas exportadoras, caiu de 53,2 % em 1997 para 47,6 % em 2000. Já no caso das importações houve um pequeno aumento da participação das empresas estrangeiras de 63,1% para 64,9% no mesmo período.

Nota-se que, no caso brasileiro, as empresas estrangeiras em razão da substituição das importações, nunca tiveram vocação exportadora expressiva. No mesmo estudo da UNICAMP, citado no presente trabalho, demonstrou-se que cerca de 266 maiores empresas de capital nacional responderam por 83,38% do saldo comercial em 2000 com um superavit de US\$ 7,742 bilhões contra US\$ 4,080 bilhões em 1997¹⁵. No mesmo período, apesar de toda desvalorização cambial, as multinacionais saíram de um patamar de US\$ 177,3 milhões para US\$ 1,543 bilhões, isto é, bem abaixo das empresas nacionais.

Desta forma, fica evidente que os investimentos estrangeiros ocorreram em sua grande maioria, exceto as privatizações, no setor de serviços e na produção de bens voltados para o mercado interno. Nota-se, por estes dados, que as empresas controladas pelo capital estrangeiro não vêm demonstrando interesse em concorrer diretamente no mercado externo, visto que em muitos casos, as mesmas já atuam nestes mercados como produtoras.

Fazendo-se ainda a análise dos dados da tabela 7, nota-se o predomínio dos investimentos na área de serviços (telefonia e sistema bancário). Estes investimentos têm impacto negativo sobre o déficit em conta corrente, visto que produzem bens/serviços (*not-trade*) não exportáveis, mas remetem lucros e dividendos para o exterior. Já os investimentos em indústrias de transformação, extrativa e na agropecuária produzem bens comercializáveis internacionalmente (*tradeables*) com impactos positivos na balança comercial.

Um outro aspecto a considerar ainda sobre o equilíbrio nas contas externas, é que apesar da abertura comercial, do grande fluxo de ingresso do capital estrangeiro e do aumento da produtividade na indústria, o Brasil ainda tem participação muito pequena no comércio internacional. Historicamente sua participação nas exportações mundiais tem sido em torno de 1% e muito embora, suas taxas médias de crescimento

¹⁵ Note-se, que apesar do salto de 83,38% na participação no comércio mundial, apenas 14 mil em um universo de mais de um milhão de empresas registradas, mantém operações sistemática no mercado externo. Baumann (1999) em notas de rodapé.

no período tenham sido entre 4,1% a 5,5%, ainda foi abaixo da taxa média de crescimento mundial que variou entre 6,3 a 7,0% nos anos 90.

Tabela 7. Investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira
período 1997 – 2000 (em percentuais)

Setor econômico	1997	1998	1999	2000
Indústria	20,8	16,5	34,6	22,3
Serviços	74,5	82,7	63,3	74,9
Agropecuária e extração mineral	2,1	4,7	2,1	2,8

Fonte: www.bcb.gov.br acesso em 20 de fev. 2002.

Analistas econômicos indicam que houve falhas na condução da política econômica brasileira, principalmente na segunda metade dos anos de 1990. Baumann (1999) acreditava que no programa de estabilização iniciado em 1994, faltou uma estratégia de longo prazo, visto que o programa permaneceu basicamente como um programa de estabilização. E aponta a estratégia de utilizar o câmbio e a liberação das importações como âncora para estabilização dos preços internos, como problemas que poderão se tornar catastróficos a longo prazo.

Pochmann (2001) aponta o endividamento externo como um dos problemas a ser resolvido. A combinação entre o maior endividamento externo e a ampliação dos serviços de pagamento da dívida, que aumenta a cada ano, deixa o país vulnerável a dependência de financiamentos. Neste início de século, em razão dos cenários externos, o Brasil ainda vem mantendo as metas previstas no acordo com o FMI. Todavia se ocorrer alguma turbulência pelo caminho e o ciclo de crédito externo cessar o país poderá mergulhar em uma crise sem precedente. A literatura consultada sugere que estas medidas devam ser acompanhadas de outras de caráter mais duradouro, dentre as quais podem ser citadas as reformas tributárias e fiscais; os investimentos em pesquisas e modernização da empresas; a modernização das relações trabalhistas e as reformas sociais em relação a distribuição de renda no Brasil.

Conclusões

A atual fase da economia brasileira corresponde a uma transição completamente diferente das experiências anteriores. Há um novo modelo de investimento em andamento que poderá ser mais eficiente do ponto de vista microeconômico e da alocação de recursos. Todavia, este modelo não implica em garantias de resultados mais eficazes no que diz respeito ao dinamismo investidor e ao crescimento econômico. A abertura da economia levou o mercado brasileiro à concorrência internacional, fenômeno que está inserido no processo de globalização, provocando a redução da taxa de rentabilidade e aumentando os riscos no setor de *tradeables* “bens transáveis”. As privatizações, por sua vez, tendem elevar as exigências de rentabilidade a curto prazo e a busca da eliminação de riscos em todos os setores em que predominavam as estatais.

Assim, se a economia brasileira não se revestir de medidas sinalizadoras de estabilidade, corre o risco de operar com menor propensão a investir do que nos períodos dos longos ciclos expansivos do modelo anterior. O novo modelo iniciado nos anos de 1990 ainda não está totalmente instalado, o que se pode afirmar é que foi dado início a uma nova fase de transição. Cabe destacar, sobre as reformas dos anos de 1990, que a estabilização não trouxe apenas estímulo aos investimentos, mas também provocou melhoria na competitividade dos “bens transáveis” e na infra-estrutura produtiva.

Um outro aspecto a considerar sobre estas reformas, é que elas propõem a transferência do “motor” da economia do setor público para o setor privado. Estas mudanças, em razão das dificuldades naturais de adaptação, são lentas e devem ser revestidas de cuidados quanto à realização de metas mínimas de investimentos. Enquanto o modelo não estiver totalmente consolidado, há necessidade da constante vigilância do Estado no sentido de manter as condições mínimas de investimento de longo prazo para garantir o crescimento econômico.

Ao final de 2002 estará findo mais um acordo com o FMI. Há de se reconhecer, no entanto, que a adoção das medidas de ajuste recomendado no receituário do Fundo, norteou a maioria das ações que possibilitaram os avanços ocorridos no campo econômico brasileiro. No início deste milênio, o Brasil tem melhorado seu conceito no mercado financeiro externo com as agências internacionais especializadas demonstrando a elevação da capacidade do país em pagar suas dívidas e a redução dos índices de riscos. A relação entre a dívida externa e as reservas internacionais também melhorou. Dados do Banco Central demonstram que no início do ano 2000, as reservas do país possibilitavam o pagamento de 60% da dívida externa e ao final de 2001, estas reservas já possibilitavam pagar cerca de 80% com tendência de crescimento.

Todavia, há de se reconhecer também que o futuro deste modelo aberto ao mercado externo e entregue ao setor privado, depende de cuidados especiais por parte do Estado no que se refere à evolução dos investimentos de longo prazo. Percebe-se, neste campo, a falta de uma orientação estratégica e de políticas adequadas visando estimular e fortalecer a propensão a investir do setor privado.

Por fim, cabe ressaltar que as dificuldades não são barreiras intransponíveis. Há espaços suficientes para as soluções duradouras que venham manter o crescimento da economia com o aumento nos ganhos sociais. É uma decisão política a ser tomada.

Referências bibliográficas

- AMADEO, E.J. *et alli*. "Ajuste Estrutural e Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil". In: **Perspectiva da Economia Brasileira**, IPEA. Rio de Janeiro. 1993.
- ARIDA, P. **Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- BACHA, E. **Recessão ou Crescimento: O FMI o Banco Mundial na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986
- BANCO CENTRAL DO BRASIL**. Acesso à homepage www.bcb.gov.br em fevereiro 2002.
- BNDES**. Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Acesso www.bndes.gov.br em fev. 2002.
- BATISTA JR, P.N. **Mito e Realidade na Dívida Externa Brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1991.
- BAUMANN, R. **Brasil nos Anos 90: uma economia em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CACCIAMALI, M. C. **A Globalização e suas relações com o mercado de trabalho**. Cadernos da PUC/SP, 1998.
- CARNEIRO, D.D., "Crise e Esperança". In: ABREU, M.P. (Org). **Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro. Campus. 1990.
- CARNEIRO D.D. e MODIANO. E.M. **Dificuldades no Ajuste de Preço**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FOLHA DE SÃO PAULO, edição de 24 de fevereiro de 2002, p, B-5.
- GIAMBIAGI; M. **Economia Brasileira nos Anos 90**. BNDES, 1999.

Laércio Rodrigues de Oliveira

- GONÇALVES, R. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus1 1998.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso homepage em fev. de 2002.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Acesso www.mtb.gov.br em fevereiro de 2002.
- MAIA, J.M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 03 de março de 2002, p. B-1.
- OLIVEIRA, G. **Brasil-FMI: Frustrações e Perspectivas**. São Paulo: Bienal. 1993.
- OLIVEIRA, L. R. **Os Impactos da Internacionalização do Capital na Evolução do Mercado de Trabalho Formal na Década de 90**. Dissertação de Mestrado. PUC. São Paulo. 2001.
- PASTORE, J. **Flexibilização do mercado de trabalho e a contratação coletiva**. São Paulo: LTR. 1998.
- POCHMANN. M. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Contexto. 2001.
- POCHMANN. M. **A epidemia do desemprego no Brasil**. Campinas: IE/CESIT/UNICAMP. 2000.
- MODIANO. E. **Choques Externos e Preços Internos: Dificuldades da política de ajuste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.
- NERI, M. e CAMARGO, J. M. **Efeitos Distributivos das Reformas Estruturais no Brasil**. Rio de Janeiro. Campus. 1999.
- RIBEIRO. M.F. "O Euro e as perspectiva de implantação de uma moeda única no Mercosul". **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. SP. RT. N. 31. 2000.
- VELASCO, Jr. **Economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado**. Texto para discussão nº 55. BNDES. Rio de Janeiro: 1997.